

Parlamento aprova extinção da Azorina

A extinção da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, empresa pública criada em 2010, foi aprovada pelo Parlamento dos Açores, com 24 votos contra do PS e dois do BE.

Na votação na generalidade e na votação final global no plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), a proposta do Governo (PSD/CDS-PP/PPM) contou com 30 votos favoráveis, dos deputados dos partidos representados no Executivo e dos deputados únicos do Chega, Iniciativa Liberal, independente e PAN.

O Secretário Regional das Finanças, Joaquim Bastos e Silva, justificou que “as atribuições acometidas à Azorina não justificam a sua manutenção, pois podem ser integradas na Administração regional”.

Por outro lado, disse, “não foram totalmente cumpridos os objetivos que presidiram à sua constituição” e a empresa “dependia financeiramente dos contratos-programa de transferência de verbas do Governo Regional”.

Para o governante, estava em causa uma “replicação de custos e redundância” relativamente a outros serviços da Administração regional.

“Não se vislumbra qualquer vantagem económica, financeira ou operacional na manutenção da Azorina”, sustentou.

Bastos e Silva garantiu que, aos 207 trabalhadores distribuídos pelas nove ilhas, foi dada hipótese de integrar a Administração Pública regional ou a



opção de indemnização por extinção do posto de trabalho.

Questionado pelo actual deputado do PS e ex-presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, sobre como vai o Governo recolher o valor das entradas a não residentes nos parques naturais, o secretário das Finanças disse não ver “impedimento” para a cobrança.

“O que não vislumbro é para que foi criada uma empresa para gerir parques naturais”, criticou.

O deputado da Iniciativa Liberal Nuno Barata explicou o voto a favor por

considerar que a proposta materializa o acordo de incidência parlamentar assinado com o PSD após as eleições regionais de 2020.

“Há aqui uma nova estratégia para o sector empresarial regional. Falta agora que o Governo trate de dar um ímpeto novo a esta reforma”, afirmou.

Para Carlos Silva, deputado do PS, o voto contra dos socialistas deveu-se ao facto de o Governo não ter sabido responder às questões colocadas, nem “como vai cobrar as receitas até agora cobradas pela Azorina”.

“É mais um caso que denota falta de

estratégia e falta de rumo do Governo”, observou.

Para Paulo Estêvão, do PPM, o que o debate mostrou é que a iniciativa era necessária. “O anterior Governo (do PS) nunca conseguiu explicar por que motivo era necessária uma empresa que duplicava competências da secretaria regional do Ambiente”, indicou.

Quanto aos trabalhadores, considerou que “ficam numa situação melhor”.

António Lima, do BE, alertou que a extinção “não garante os direitos de todos os trabalhadores” e os profissionais são “tratados de forma desigual”.

“Apaga-se a antiguidade e o desempenho dos dirigentes em comissão de serviço”, criticou.

Sabrina Furtado, do PSD, assegurou que “as carreiras são respeitadas, os trabalhadores são respeitados e são respeitadas todas as regras de contratação pública”.

Para o socialista Vasco Cordeiro, “as razões pelas quais se vai extinguir a Azorina é porque foi o PS que a criou”.

“Esta proposta não diz nada sobre as razões pela qual foi criada mas diz tudo sobre a falta de razões pelas quais vai ser extinta”, disse.

Para o líder da bancada do PSD no Parlamento açoriano, João Bruto da Costa, a empresa “vai ser extinta porque as razões pelas quais o PS a criou são erradas”.

Está em causa “um meio para criar despesa pública e não de boa gestão da coisa pública”, destacou.

Governo estuda nova fórmula para os encaminhamentos inter-ilhas

O Secretário Regional dos Transportes e Turismo dos Açores revelou que o Executivo PSD/CDS-PP/PPM está a estudar soluções para os encaminhamentos inter-ilhas gratuitos para passageiros aéreos não residentes no arquipélago, tendo em vista um “equilíbrio de fluxos turísticos”.

“Vamos encontrar, e estamos a trilhar caminhos nesse sentido, uma solução próxima de um ‘interline’ para os passageiros acederem de forma facilitada [a ilhas que não recebem voos diretos do exterior do arquipélago] e para que se mantenha o equilíbrio na distribuição de fluxos turísticos”, disse Mário Mota Borges.

O Secretário Regional falava no plenário do Parlamento açoriano, após uma declaração política do deputado socialista José Ávila sobre coesão regional e o fim dos encaminhamentos, considerados “mais um rude golpe das ilhas mais prejudicadas, que são sempre as mesmas”.

“A conjugação destas decisões perniciosas representa, para a maior parte das ilhas, uma visão enviesada da coesão e colide com o programa de Governo”, observou, referindo-se também à suspensão do transporte marítimo

sazonal da linha Amarela.

Mota Borges notou que os encaminhamentos gratuitos se mantêm “para os residentes nos Açores”.

A questão, explicou, é que o Governo teve de recorrer a um documento da União Europeia “onde estava expresso que os encaminhamentos eram só para residentes”.

Na bancada do PSD, António Vasco Viveiros já tinha defendido a coesão territorial como um tema que “todos acarinhámos”.

O deputado notou que as decisões do Governo não podem ser dissociadas da criação da Tarifa Açores, de voos inter-ilhas para residentes até 60 euros.

Quanto aos encaminhamentos, defendeu que, “para os não residentes que vêm do continente, seja encontrada uma alternativa que traga alguma justiça e sirva outras ilhas que não recebem voos das companhias ‘low cost’”.

Rui Martins, do CDS, disse ser necessário avaliar se a região quer “um turismo de massas ‘low cost’ ou se pretende fazer mais com menos”.

“Ou seja, um turismo de nicho que permita fazer mais rendimento com o nosso valor acrescentado – a nossa natureza, a nossa cultura – para haver



crescimento económico sem depauperar a nossa maior riqueza”, disse.

Paulo Estêvão, do PPM, considerou importante repensar os encaminhamentos de não residentes para uma “distribuição de fluxos turísticos por todas as ilhas”.

“Os encaminhamentos estavam a ter

papel positivo nesse sentido.

A concentração do fluxo turístico em apenas algumas das ilhas do arquipélago é inaceitável. Tem de ser encontrada uma solução que acautele a mobilidade de deslocação de residentes e fluxos turísticos”, defendeu.